

REQUERIMENTO Nº , DE 2008

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que envie, no estrito prazo constitucional, as seguintes informações, acompanhadas dos documentos comprobatórios:

- 1) concursos realizados de 2003 até esta data, ano a ano, com o número de vagas oferecidas e preenchidas, com o respectivo custo das contratações, indicando o diploma legal em que foram embasados, bem como a alocação dos servidores por órgão;
- 2) contratações a serem realizadas por concursos autorizados e ainda não realizados, indicando o custo anual bem como os órgãos em que serão alocados os novos servidores.

Justificação

Desde o início do primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva constata-se o crescimento contínuo das despesas com pessoal e outras delas decorrentes, como o pagamento de diárias e as despesas com passagens. Apenas com pessoal e encargos, a expectativa de gastos para 2008 é de que esta despesa supere os de R\$ 120 bilhões de 2007, passando para mais de R\$ 130 bilhões.

Em 2006 houve uma série de reajustes salariais, implantados por meio de medidas provisórias para as carreiras do Poder Executivo sem que fossem explicitadas as necessidades e os critérios adotados. Este quadro voltou a se repetir em 2008, com previsões de aumento até 2011.

Além do incremento salarial, houve o acréscimo de servidores no quadro da Administração Pública Federal, seja por meio de concursos, seja

por meio de ocupação para os novos cargos de confiança criados ou por meio de “terceirização”.

O fato é que a chamada “máquina pública” cresceu sem que houvesse a melhoria nos serviços prestados pelo Estado. A previsão de acréscimo da despesa de pessoal é maior do que a previsão de gasto em 2008 do item Infra-estrutura e logística previsto em obras contempladas no PAC. Prejudica-se assim a capacidade de investimento do Estado, principalmente em uma área que apresenta sérias deficiências.

Portanto, faz-se necessária os esclarecimentos do do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem a responsabilidade pela implementação da política de pessoal do Governo Federal, em relação ao crescimento destes gastos para o Congresso Nacional, para que se possa entender a política de pessoal que está sendo adotada, as carreiras e as áreas que são prioritárias para o Governo, a política de remuneração, o quantitativo de pessoal por carreira e por órgão, as tabelas de remuneração, os cargos em comissão (“confiança”) ocupados por servidores não concursados (quantitativo e remuneração), enfim, todas as informações pertinentes à política e ao gasto com pessoal do atual governo.

Sala das Comissões, de novembro de 2008.

Senador RAIMUNDO COLOMBO